

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Nos itens que demandarem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto CB2A1AAA

1 As críticas à extrema confiança que demos à ciência  
 como forma única de conhecimento são muitas e espalham-se  
 em diversas frentes. Embora não possamos desconsiderar o  
 4 avanço científico a que os últimos séculos assistiram —  
 as revoluções consideráveis no campo da medicina, da física,  
 da química e das próprias ciências sociais e humanas —, essa  
 7 ciência capitalista, androcêntrica e colonial não tem conseguido  
 dar conta de resolver o problema que ela própria ajudou a  
 construir.

10 Atualmente há uma grande preocupação quanto à  
 capacidade dessa ciência, criada pelos interesses do  
 desenvolvimento e da exploração da natureza, de oferecer  
 13 soluções para lidar com a crise ambiental, social e econômica.

Pensar a crise socioambiental no contexto da razão  
 moderna é pensar que essa crise é o resultado do triunfo do  
 16 capitalismo e da racionalidade técnico-científica. Falamos não  
 só de uma crise ecológica, mas também de uma crise  
 civilizatória de amplas dimensões, do funcionamento de um  
 19 sistema que destrói e ameaça as suas próprias bases de  
 sobrevivência, sustentado pela separação homem/natureza,  
 com repercussões para toda a vida social.

J. Dourado *et al.* *Escolas sustentáveis*. São Paulo:  
 Oficina de Textos, 2015, p. 25-6 (com adaptações).

Considerando as ideias e estruturas linguísticas do texto  
 CB2A1AAA, julgue os itens a seguir.

- 1 A expressão “mas também” (ℓ.17) introduz no período em que ocorre uma ideia de oposição.
- 2 Mantém-se a correção gramatical do período caso os travessões empregados no primeiro parágrafo sejam substituídos por parênteses.
- 3 O conectivo “Embora” (ℓ.3) introduz no período em que ocorre uma ideia de concessão.
- 4 O trecho “Embora não possamos (...) assistiram” (ℓ. 3 e 4) pode ser reescrito, sem prejuízo da coerência e da correção gramatical do texto, da seguinte maneira: Ainda que não pode desconsiderar que os últimos séculos assistiram o avanço científico.
- 5 O emprego do sinal indicativo de crase em “à capacidade dessa ciência” (ℓ. 10 e 11) é facultativo.

### Texto CB2A1BBB

1 O universo da comunicação vem se ampliando com  
 maior dinamismo, nos últimos anos, para atender à demanda de  
 seus usuários, nas mais diferentes situações de interatividade.  
 4 Nele estamos inseridos, exercitando nossa linguagem oral e  
 escrita, até mesmo na área digital. Por isso, necessitamos  
 sempre assimilar novos conhecimentos e expressá-los com  
 7 objetividade e competência.

A construção do pensamento — e sua exposição de  
 forma clara e persuasiva — constitui um dos objetivos mais  
 10 perseguidos por todo aquele que almeja sucesso na vida  
 profissional e, muitas vezes, pessoal. É evidente que a  
 interlocução comunicativa permite o entendimento,  
 13 proporciona o intercâmbio de ideias e nos faz refletir e  
 argumentar com maior propriedade em defesa de nossos  
 direitos e deveres como cidadãos.

L. L. Sarmento. *Oficina de redação*. 5.<sup>a</sup> ed.  
 São Paulo: Moderna, 2016, p. 3 (com adaptações).

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB2A1BBB, julgue os itens que se seguem.

- 6 O texto associa o êxito de uma pessoa na esfera social — como nas relações de trabalho, por exemplo — ao modo como ela expõe suas ideias.
- 7 A substituição da expressão “todo aquele” (ℓ.10) por **todos** manteria o sentido original e a correção gramatical do texto.
- 8 A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados caso o trecho “expressá-los com objetividade e competência” (ℓ. 6 e 7) fosse reescrito da seguinte maneira: expressá-los objetiva e competentemente.
- 9 A substituição de “Por isso” (ℓ.5) por **Por esse motivo** manteria a correção e o sentido original do texto.
- 10 Na linha 13, o pronome “nos” exerce a função de complemento da forma verbal “refletir”.

A respeito de correspondência oficial, julgue os itens seguintes, à luz do **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 11 Quanto à apresentação, nos documentos que seguem o padrão oficial, devem-se priorizar a utilização de negrito, itálico e letras maiúsculas.
- 12 No memorando, o destinatário deve ser mencionado pelo cargo que ocupa.
- 13 O vocativo a ser empregado em comunicações oficiais a um juiz é Senhor Juiz.
- 14 Decorre do princípio da moralidade a prescrição de que não deve haver impressões pessoais em textos oficiais.
- 15 A exposição de motivos apresenta duas formas básicas, de acordo com a sua finalidade.

#### Texto CB2A6AAA

1 Não têm conta entre nós os pedagogos da prosperidade que, apegando-se a certas soluções onde, na melhor hipótese, se abrigam verdades parciais, 4 transformam-nas em requisito obrigatório e único de todo progresso. É bem característico, para citar um exemplo, o que ocorre com a miragem da alfabetização. Quanta inútil 7 retórica se tem desperdiçado para provar que todos os nossos males ficariam resolvidos de um momento para o outro se estivessem amplamente difundidas as escolas 10 primárias e o conhecimento do abc.

A muitos desses pregoeiros do progresso seria difícil convencer de que a alfabetização em massa não é 13 condição obrigatória nem sequer para o tipo de cultura técnica e capitalista que admiram. Desacompanhada de outros elementos fundamentais da educação, que a completem, 16 é comparável, em certos casos, a uma arma de fogo posta nas mãos de um cego.

Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. 27.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 (com adaptações).

No que se refere às ideias e aos sentidos do texto CB2A6AAA e à sua classificação quanto ao tipo e ao gênero textual, julgue os próximos itens.

- 16 O texto classifica-se como injuntivo, já que visa instruir o leitor a pensar de forma diversa da que pensam “os pedagogos da prosperidade” (l. 1 e 2).
- 17 Conclui-se do texto que, para seu autor, a alfabetização, por si só, pode ser nociva e que educação não é sinônimo de alfabetização.
- 18 O vocábulo “miragem” (l.6) foi empregado no texto em sentido figurado.
- 19 A preposição “para” (l.7) introduz, no período em que ocorre, uma ideia de finalidade.
- 20 O autor do texto é contrário à alfabetização em larga escala, pois ele critica a difusão das “escolas primárias” (l. 9 e 10).

Julgue os itens a seguir, que tratam de aspectos gramaticais do texto CB2A6AAA.

- 21 Seriam preservados a correção gramatical e o sentido do texto caso o vocábulo “onde” (l.2) fosse substituído por **que**.
- 22 A forma pronominal “nas”, em “transformam-nas” (l.4), refere-se a “verdades parciais” (l.3).
- 23 Em “é comparável, em certos casos, a uma arma de fogo posta nas mãos de um cego” (l. 16 e 17), as vírgulas foram empregadas para isolar termo acessório da oração.
- 24 A supressão do vocábulo “nem” (l.13) preservaria o sentido e a correção gramatical do texto.
- 25 O vocábulo “Quanta” (l.6) classifica-se, na oração em que ocorre, como pronome interrogativo.

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), julgue os itens que se seguem.

- 26 A CF dispõe que a oferta de ensino pela iniciativa privada é livre e independente do poder público, devendo ser tão somente autorizada pelo órgão da classe patronal pertinente a essa atividade econômica.
- 27 O ensino deve ser ministrado com base, entre outros princípios, no princípio da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.
- 28 Embora estabeleça que o ensino seja ministrado com base em princípios como o da liberdade de aprender e ensinar, a LDB condiciona a observância desse princípio à observância das orientações confessionais da comunidade escolar.
- 29 A LDB estabelece que o ensino é obrigatório dos quatro aos dezessete anos de idade, devendo ser organizado em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

Julgue os próximos itens, a respeito da legislação escolar no DF.

- 30 Os princípios que norteiam a oferta da educação do DF incluem o respeito à religiosidade, à individualidade e aos valores da família.
- 31 A inspeção prévia para a autorização de cursos de educação profissional técnica de nível médio deve ser realizada por especialista portador de formação pedagógica, ou seja, por um pedagogo.
- 32 As crianças de zero a três anos de idade têm o direito de matrícula na educação infantil, em creche, devendo-se observar trinta e um de março do ano de ingresso como data limite para fins de completamento da idade; entretanto, em caráter excepcional, mediante condições estabelecidas em resolução do Conselho de Educação do DF, tal data limite poderá ser desconsiderada.

Em relação às diretrizes para educação básica no DF, julgue os seguintes itens.

- 33 A gestão democrática da rede pública de ensino do DF tem como finalidade garantir a centralidade da unidade escolar no sistema e o caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação.
- 34 A elaboração de políticas públicas voltadas à educação do campo deve nortear-se por princípios como o respeito à diversidade do campo nos aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracionais e de raça e etnia.
- 35 A equipe gestora é composta por diretor e vice-diretor, supervisores e chefe de secretaria, conforme a modulação de cada unidade escolar, e tem como atribuição elaborar o plano de ação anual de forma autônoma em relação ao projeto político-pedagógico da unidade escolar.

Acerca dos agentes públicos, julgue os itens a seguir à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei Complementar n.º 840/2011, que regula o regime jurídico dos servidores públicos civis do DF.

- 36 Os cargos em comissão devem ser exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- 37 Havendo compatibilidade de horários e observado o teto constitucional remuneratório, permite-se a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor.
- 38 Segundo a lei em apreço, nomeação é a forma originária de provimento de cargo público, podendo o ato de nomeação ser editado com efeito retroativo.
- 39 A lei em questão prevê a possibilidade de concessão formal de elogio a servidor, bem como a premiação dele pela apresentação de ideias, inventos ou trabalhos que fomentem a eficiência no serviço público.

Em relação aos princípios da administração pública e à organização administrativa, julgue os itens que se seguem.

- 40 Por terem personalidade jurídica de direito privado, as sociedades de economia mista não se subordinam hierarquicamente ao ente político que as criou. Exatamente por isso elas não sofrem controle pelos tribunais de contas.
- 41 O administrador, quando gere a coisa pública conforme o que na lei estiver determinado, ciente de que desempenha o papel de mero gestor de coisa que não é sua, observa o princípio da indisponibilidade do interesse público.
- 42 Quando a União cria uma nova secretaria vinculada a um de seus ministérios para repassar a ela algumas de suas atribuições, o ente federal descentraliza uma atividade administrativa a um ente personalizado.

No que se refere aos poderes administrativos, aos atos administrativos e ao controle da administração, julgue os itens seguintes.

- 43 **Situação hipotética:** Antônio, servidor que ingressou no serviço público mediante um ato nulo, emitiu uma certidão negativa de tributos para João. Na semana seguinte, Antônio foi exonerado em função da nulidade do ato que o vinculou à administração. **Assertiva:** Nessa situação, a certidão emitida por Antônio continuará válida.
- 44 **Situação hipotética:** A autoridade administrativa Y, no exercício de competência que lhe foi delegada pela autoridade X e que lhe conferia poder decisório para a prática de determinado ato de autoridade, praticou determinado ato administrativo que o administrado Z entendeu ser-lhe prejudicial. **Assertiva:** Nessa situação, caso queira obstar os efeitos do referido ato mediante mandado de segurança, o administrado Z deverá dirigir sua peça contra a autoridade delegada, e não contra a autoridade delegante.
- 45 O fato de a administração pública internamente aplicar uma sanção a um servidor público que tenha praticado uma infração funcional caracteriza o exercício do poder de polícia administrativo.

Acerca do disposto na Lei Orgânica do DF (LODF), julgue os itens seguintes.

- 46 Brasília, capital da República Federativa do Brasil, tem como símbolos a bandeira, o hino e o brasão; entretanto, símbolos adicionais poderão ser estabelecidos mediante decreto do governador do DF.
- 47 A preservação de sua autonomia como unidade federativa representa um valor fundamental do DF.
- 48 As administrações regionais não integram a estrutura administrativa do DF, mas sujeitam-se às disposições contidas na LODF.
- 49 O servidor público somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- 50 A remuneração por subsídio não representa prerrogativa exclusiva de determinados agentes públicos, podendo ser fixada para servidores públicos organizados em carreira.